

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO DO ARTESANATO NO BRASIL

LAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO DE LA ARTESANÍA EN BRASIL

Recebido em: 10/06/2023

Aceito em: 19/08/2023

Juliana Porto Machado 

Universidade de Cruz Alta

Márcia Della Flora Cortes 

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha

Eduarda Porto Machado 

Universidade Federal do Pampa

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a evolução das políticas públicas de incentivo ao artesanato no Brasil, explorando as mudanças de abordagem assistencialistas para uma perspectiva que valoriza aspectos econômicos, culturais e sociais. Além disso, busca compreender como essas políticas têm contribuído para a transformação do artesanato em um setor legítimo e valioso, considerando sua relevância tanto como bem cultural quanto como potencial econômico. Já a metodologia reflexiva bibliográfica empregada neste estudo consiste em uma análise crítica e interpretativa de fontes bibliográficas relevantes para compreender a evolução das políticas públicas de incentivo ao artesanato no Brasil. A abordagem reflexiva busca uma compreensão aprofundada das transformações históricas e conceituais que moldaram as políticas públicas nesse contexto específico. O estudo ressalta as diferentes configurações das políticas públicas e conclui que o artesanato, por meio dessas políticas, desencadeou transformações sociais e econômicas significativas no Brasil.

Palavras-chave: Artesanato; Políticas públicas; Impacto social e econômico.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar la evolución de las políticas públicas para incentivar la artesanía en Brasil, explorando cambios en el enfoque asistencialista hacia una perspectiva que valora los aspectos económicos, culturales y sociales. Además, busca comprender cómo estas políticas han contribuido a la transformación de la artesanía en un sector legítimo y valioso, considerando su relevancia tanto como bien cultural como potencial económico. La metodología bibliográfica reflexiva utilizada en este estudio consiste en un análisis crítico e interpretativo de fuentes bibliográficas relevantes para comprender la evolución de las políticas públicas de fomento de la artesanía en Brasil. El enfoque reflexivo busca una comprensión profunda de las transformaciones históricas y conceptuales que han dado forma a las políticas públicas en este contexto específico. El estudio destaca las diferentes configuraciones de las políticas públicas y concluye que la artesanía, a través de esas políticas, desencadenó importantes transformaciones sociales y económicas en Brasil.

Palabras-chaves: Artesanía; Políticas públicas; Impacto social y económico.

INTRODUÇÃO

As políticas públicas podem ser definidas de forma breve, de acordo com Teixeira (2002), como um grupo de iniciativas, surgidas a partir da normatização decretória, originárias do movimento social em respostas às dificuldades coletivas, tendo no governo o papel principal como criador e executor dessas.

Para Muller (1998), o sentido de políticas públicas está baseado em três vertentes de pensamento, a dimensão estratégica das teorias organizacionais, os estudos de management público e a burocracia. A primeira centra sua reflexão em torno das políticas públicas na tríade formada entre poder, sistema e estratégia. O poder vem da habilidade do indivíduo (agente) em planejar e executar com eficiência os recursos organizacionais. Já o sistema é originário do coletivo, que forma um conjunto de ações que se elevam a uma ação individual que o compõem; e a estratégia, como sua própria nomenclatura indica, está voltada para realizar o plano elaborado utilizando-se do domínio sobre as diretrizes impostas.

A segunda vertente tem sua concepção de abordagem vinculada à separação entre o público e o privado. Perante o aparecimento de diferentes entidades jurídicas, em que suas gestões estão entre o público e o privado, efeito de uma sociedade multiforme, o Estado encontra no management público a forma comunicativa de lidar com essa sociedade que enfrenta uma frequente inserção de reformas administrativas, inserção de novos agentes, como as Organizações não Governamentais (ONGs) e outros empreendimentos (MULLER, 1998).

A última vertente, a burocracia, está calcada no ideal da divisão de tarefas que não considera o indivíduo no processo todo, apenas em executar o que lhe foi atribuído. Distanciando-se da instabilidade do sujeito social, as decisões tomadas por aqueles que detêm o poder, como o Estado, serão neutras, livres de emoções e julgamentos. Diante deste posicionamento, as políticas públicas podem ser compreendidas, conforme Jenkins (1978), como:

[...] um conjunto de decisões inter-relacionadas, tomadas por um ator ou grupo de atores políticos, que se refere à seleção de objetivos e dos meios necessários para lográ-los, numa situação especificada em que o alvo destas decisões estaria, em princípio, ao alcance efetivo destes atores” (JENKINS, 1978 apud HOWLETT; RAMESH, 2003, p. 6).

O supracitado autor trabalha com as políticas públicas como um processo que envolve múltiplas decisões correlacionadas entre si, que originam uma política de ação. Ante essa assertiva, as políticas públicas são multidisciplinares, atuam em diferentes campos, sendo um processo que transforma a sociedade, mediante às decisões governamentais, como corrobora Teixeira (2002, p. 02):

“Políticas públicas” são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações

entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as “não-ações”, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos.

As políticas públicas, em sua formulação, tornam concretas as metas do governo através da implementação de programas, projetos e ações, que alteraram a realidade social. Então, as metas e os planos de ação que o governo cria e aplica são voltados para o bem-estar social. Os agentes existentes nas esferas das políticas públicas podem pertencer ao ambiente público (Estado ou não) e/ou privado (ONGs, empresas e outros), que as discutem em uma área sociopolítica formada por diferentes agentes sociais.

Em Lowi (1972 apud MUZZI, 2014), temos as políticas públicas operadas em quatro configurações, devido ao fato de estarem inseridas em diferentes campos e sujeitas à aprovação e à reprovação. Na primeira configuração, são as chamadas políticas distributivas, em que o governo, em sua tomada de decisão, desconsidera o bem comum e privilegia certos indivíduos e territórios, e sua máxima utiliza os recursos limitados de forma irrefletida. As políticas regulatórias concernem-se numa ação que envolve o público, a burocracia e os grupos de interesse. Já as políticas constitutivas estão voltadas para os procedimentos adotados.

E, por fim, as políticas redistributivas estão com suas bases no ideal de políticas universais, em um jogo de perdas e ganhos para diferentes grupos sociais, como o sistema previdenciário e o tributário. Cada configuração da política pública atuará de diferente forma e gerará distintos posicionamentos de apoio ou rejeição, sendo que, no Brasil, as políticas regulatórias são a configuração atuante.

Este artigo tem como objetivo analisar a evolução das políticas públicas de incentivo ao artesanato no Brasil, explorando as mudanças de abordagem desde uma visão assistencialista até uma perspectiva que valoriza aspectos econômicos, culturais e sociais. Além disso, busca compreender como essas políticas têm contribuído para a transformação do artesanato em um setor legítimo e valioso, considerando sua relevância tanto como bem cultural quanto como potencial econômico. Já a metodologia reflexiva bibliográfica empregada neste estudo consiste em uma análise crítica e interpretativa de fontes bibliográficas relevantes para compreender a evolução das políticas públicas de incentivo ao artesanato no Brasil. A abordagem reflexiva busca uma compreensão aprofundada das transformações históricas e conceituais que

moldaram as políticas públicas nesse contexto específico. Destaca-se a importância das políticas públicas como diretrizes de ação governamental que impactam a sociedade.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Em sua origem, as políticas públicas, de acordo com Muller (1998), surgem das transformações sociais do modelo agrário, como do feudalismo, para o modelo de divisões do trabalho, diferenciando-se o contexto familiar do profissional. Nessa perspectiva, as primeiras políticas públicas estão voltadas para o setor agrícola, em que o campesino que se representava como um sujeito da terra passa a ser identificado como um prestador de serviço direcionado para exercer mão de obra para atividades agrícolas.

Em seu segundo modo de atuação, as políticas públicas estão centradas na problemática da pobreza, e com as mudanças sociais há o aumento em grande proporção de grupos vulneráveis. O sentido de caridade, adotado para caracterizar o ato de auxílio dos governantes aos pobres, já não causava mais efeito, assim, manifesta-se uma política pública do bem estar¹ social que apresenta propostas para amenizar a situação desses indivíduos (MULLER, 1998).

De tal forma, as políticas públicas buscam resolver as demandas, sobretudo a dos grupos étnicos marginalizados, as reivindicações serão analisadas por aqueles que tem o poder de implementação dessas, direcionados pela constrição e mobilização da sociedade civil. As políticas públicas “visam ampliar e efetivar direitos de cidadania, também gestados nas lutas sociais e que passam a ser reconhecidos institucionalmente” (TEIXEIRA, 2002, p. 03).

Nesse segmento das políticas públicas, o campo do artesanato passa a ter expressão mundial, no I Congresso Internacional do Artesanato, que ocorreu no ano de 1930, em Roma. Pereira (1979) destaca que, no Brasil, foi no ano de 1950 que se inicia o despertar de interesses de intelectuais (educacional) e investidores no campo do Artesanato (anseios econômicos).

Pelo viés educacional, órgãos, como o Serviço Social Rural (SSR), a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) e a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), desenvolveram ações (projetos) orientadas pela metodologia de Extensão Rural e pela filosofia da Educação de Base, em que o artesanato é estimulado para ser um complemento de renda para famílias do espaço rural.

Em outra vertente, em que as ações de desenvolvimento estão alicerçadas na metodologia da Educação Integral, iniciou-se um projeto voltado para o ensinamento pré-

¹ *Welfare State*

ocupacional dos jovens estudantes no período da escola primária, apresentado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). Por conseguinte, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) tinha uma proposta semelhante desenvolvida em seus cursos vocacionais, da qual surge uma parceria entre INEP e SENAI, em vista da inexistência de profissionais capacitados para ministrar o ensinamento do saber fazer dos ofícios artesanais. Instalada no Rio de Janeiro, o Curso de Artes Aplicadas, direcionado, em seu público alvo, para professores se especializarem em atividades artesanais e trabalhar com matérias-primas específicas, como “em madeira, em metal e em couro, em tecelagem e em tapeçaria, em cestaria e trançados, em cartonagem e encadernação” (PEREIRA, 1979, p. 99).

A partir da iniciativa do Curso de Artes Aplicadas, estabelece-se um rigor estético e qualitativo na atividade artesanal, com foco nas artes industriais, que se espalhou pelo país, à medida que as professoras formadas em tal especialização retornaram a suas regiões de atuação e passaram a promover seus saberes em diferentes instituições, auxiliando no aperfeiçoamento da produção do artesanato local. Para o autor, essa seria a primeira ação política para a capacitação de profissionais para atuarem no campo artesanal. Destaca-se que, nesse âmbito, o artesanato é percebido na esfera econômica e na esfera do assistencialismo, direcionado aos grupos em situação de vulnerabilidade financeira.

Fato é que, nesse contexto, o olhar para o artesanato estava imbuído de elementos que evidenciavam a identidade do folclore e eram cunhados na criação desse ofício através de um saber primitivo que era ignorado e esquecido entre documentos, devido ao desinteresse dos pesquisadores em analisar a realidade e potencial do artesanato. Todavia, no que concerne a esse movimento educacional, o artesanato começa a ser ressignificado ao se identificá-lo como algo além de um saber manual de sujeitos habilidosos, e sobretudo como um campo a ser apreendido e explorado social, cultural e economicamente, permitindo uma atuação mais efetiva no mercado nacional e na perspectiva assistencial.

Por sua vez, Pereira (1979) declara que o primeiro projeto sistemático de assistência às atividades do artesanato, que o considera em um campo social e econômico, foi firmado na Bahia, no ano de 1956, com o estabelecimento da Subcomissão de Artesanato na Comissão de Planejamento Econômico. Essa subcomissão elaborou e executou o projeto cuja metodologia foi elaborar um levantamento de campo no referido estado, compondo um banco de dados sobre a realidade dos artesãos e sua produção. No ano seguinte, funda-se o Instituto de Pesquisas e

Treinamento do Artesanato (IPTA)², um dos primeiros a analisar e pesquisar de forma sistemática o campo artesanal.

Nesse pontapé inicial do artesanato como campo de discussão, em seu desempenho social e potencial econômico passível de políticas públicas de incentivo, surgiu a necessidade de reconhecer a situação do artesanato em outras regiões brasileiras, além da produção do Nordeste. Deste modo, com foco no Rio Grande do Sul (industrializado), a Fundação Gaúcha do Trabalho instaura um estudo sobre o artesanato regional, com o intuito de conhecer quem produz e qualificá-lo, por meio do cadastramento de artesão e da oferta de capacitação de mão de obra. Cria-se, em 1973, o Programa Gaúcho de Artesanato³ e, no ano posterior, realiza-se o I Seminário de Mão de Obra, na cidade de Porto Alegre (PEREIRA, 1979)⁴.

É válido mencionar que, em um Brasil industrializado nos anos 70, seguir na produção artesanal tinha um custo alto a seus produtos, principalmente pela desvalorização do produto artesanal, e baixo custo de comercialização que não cobria o valor da matéria-prima, tanto que o mercado artesanal não era organizado e funcionava de modo diletante. Em meio aos problemas de custo-benefício, tecnologia rudimentar, ausência de identidade do produto (marca), administração e autorreconhecimento como artesão ocasionaram incapacidade desse setor em adentrar de forma mais ativa no mercado interno e externo, como o produto industrial.

Por conseguinte, o ano de 1975 é um outro marco do artesanato brasileiro, quando ocorre o I Encontro Nacional de Artesanato, em Brasília, tendo como proponente o Ministério do Trabalho mediante as ações da Secretária de Mão-de-Obra. O artesanato deveras passa a ser

² O Instituto englobava, em sua finalidade, pesquisas sobre a realidade do artesanato enquanto atuante na esfera econômica, social, cultural, profissional no mercado de importações e exportações. Em seu corpo de trabalho possuía profissionais especializados, que auxiliavam na criação de novas expressões artesanais. Elaboravam planejamentos de qualificação para os artesãos, auxiliavam eles na parte administrativa de suas produções tanto no formato individual quanto coletivo, como cooperativas e associações. Forneciam matéria prima e ferramentas para instituições de atividade artesanal e; desenvolviam cursos de capacitação aos artesãos. Devido a problemas financeiros e profissionais para atuar, a Instituição encerrou suas atividades em 1960. Seu legado influenciou na implementação de outros programas na região Nordeste voltadas para as práticas de artesanato e seu desenvolvimento como: as ações do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em 1958; projetos voltados para o assistencialismo liderados pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico de Sergipe (CONDESE), nos anos 1960 (o projeto, por falta de profissionais, não entrou em vigor); projetos experimentais por parte do Estado do Rio Grande do Norte com a criação da ARTENE (Artesanato do Nordeste S/A), em 1961, em conjunto com o Projeto de Assistência ao Artesanato Brasileiro (PAAB), no mesmo ano (PEREIRA, 1979).

³ O Programa faz o cadastramento do artesão, fornecendo-lhe a Carteira do Artesão, que lhe dará o reconhecimento como profissional autônomo, possibilitando-lhe contribuir para a Previdência Social e emitir notas fiscais de suas vendas, com a isenção do ICMS, obter declaração de rendimentos, participar de exposições, feiras e eventos no Brasil e no exterior (FGTAS, 2020). Disponível em: <https://www.fgtas.rs.gov.br/programa-gaucho-do-artesanato>

⁴ O autor rememora que no Estado do Rio de Janeiro, há também nessa época um movimento de capacitação do profissional artesão, por meio da Obra Social Leste Um (O SOL) e no ano de 1965, propõe-se na Bahia a realização do Simpósio de Indústria e Artesanato, mas em vista de recursos humanos e econômicos novamente o projeto será cessado.

uma alternativa de emprego e renda. O mencionado encontro de artesanato tinha como escopo o delineamento de um plano de ação em prol da requalificação das práticas artesanais com abrangência nacional. Pereira (1979) completa que o Encontro Nacional do Artesanato é relevante em sua atuação devido a ter em sua linha de pensamento e organização, que possibilitou um espaço para discussões centradas na resolução das demandas do artesanato, em que foram expostos, através de seus participantes, resultados e análises da atividade artesanal em suas diferentes manifestações regionais. Parte-se, de modo pioneiro, da criação de um planejamento interministerial tendo por eixo de operação a promoção e a assistência aos saberes artesanais, contendo uma organização orçamentária concreta, um respaldo de que o artesanato é susceptível a ser identificado como instrumento de uma política governamental.

Desse encontro, em vista das orientações propostas pelos representantes de instituições privadas, de órgãos do governo e pesquisadores, seriam reguladas, pelo Ministério do Trabalho, as diretrizes de elaboração do Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato (PNDA)⁵, contemplando o aspecto social, na assistência ao sujeito produtor de artesanato e ao aspecto econômico, em ver esse setor como ferramenta de desenvolvimento que compõe o capital do país.

Para Lima (1982), em suas reflexões sobre o PNDA, o artesanato, nos anos 80, estava em um movimento de ascensão, sempre a considerá-lo como um ofício cultural de representatividade e gerador de renda, que auxilia na melhora da condição de vida de muitas pessoas em situação de marginalização. Nessa fase, o autor aponta para a imprecisão do conceito de artesanato⁶ utilizado pela PNDA, esse fato seria uma problemática a ser resolvida com urgência, pois a definição até então utilizada não contemplava verdadeiramente o sentido do artesanato⁷.

⁵ Em sua proposição original, no ano de 1977, a justificativa estava alicerçada nos dados apresentados pela ONU (Organização das Nações Unidas), segundo os quais mais de um milhão de sujeitos brasileiros exerciam a atividade de artesão, concentrando quase meio milhão na região Nordeste do país (PEREIRA, 1979).

⁶ Através da Comissão Consultiva do Artesanato, que auxiliava no funcionamento do PNDA, elabora-se a definição de artesanato: a) A atividade predominantemente manual de produção de um bem que requiera criatividade e ou habilidade pessoal podendo ser utilizadas ferramentas e máquinas; b) O produto ou bem resultante da atividade acima referida; c) o resultado da montagem individual de componentes, mesmo anteriormente trabalhados e que resulta em um novo produto (BRASIL, 1979 apud LIMA, 1982).

⁷ A crítica velada a tal definição tinha por fundamentos a abrangência do uso de diferentes tipos de matéria-prima, na utilização do maquinário sem limitações e na padronização de objetos (réplicas). Com isso, há uma abrangência exacerbada do que poder considerado artesanato, o que configuraria “em tudo ser” e “nada de fato ser”, o que prejudica muito a identificação e representação do ofício. A discussão em torno da definição de artesanato pela PNDA não será objeto de aprofundamento nesta tese (BRASIL, 1979 apud LIMA, 1982).

A chegada dos anos 90 no Brasil perpassa pela associação do ramo empreendedor com o campo do artesanato, em meio às transformações políticas, econômicas e democráticas. Rompendo com o modelo desenvolvimentista⁸, o governo de Fernando Collor adota o modelo liberalizante⁹, visando à abertura comercial para promover a produção brasileira a adentrar o mercado global (SANABIO; DAVID, 2006).

Nesse período, há a aproximação entre o empreendedorismo e o campo do artesanato, com uma política de incentivo à autonomia do trabalho, para responder o aumento do desemprego. Inicia-se o processo de disseminação da lógica do sujeito ser seu próprio patrão. Devido à situação de instabilidade do trabalho formal, era mais acessível recorrer a outras alternativas de emprego do que encontrar um trabalho formalizado. Embasado em um pensamento de independência e autonomia econômica, essa ideologia dava seus primeiros passos na direção do empreendedorismo, em que o sujeito visto como mão de obra livre pudesse atuar no mercado informal e formal, possuindo dois caminhos para enfrentar a economia regida pelo capitalismo.

Nessa inserção do trabalho informal, encontra-se o artesanato, que, até então, ainda estava carregando a memória de ser uma produção de subsistência, e as políticas públicas de incentivo eram mais para assistencialismo do que para o desenvolvimento econômico, já que era visto como contrário ao sistema econômico vigente. A década de noventa é o momento pelo qual essa visão começa a ser examinada. Nesse ínterim, questiona-se esse posicionamento e começa-se a desconstrução dessa visão, ao perceber no artesanato potencial de crescimento comercial.

O poder público lança mão do conceito de empreendedorismo como uma forma de se desprender do trabalho formal, para encabeçar a idealização e o incentivo das formas de produção consideradas vulneráveis como o artesanato. Por esse ângulo, incute-se no sujeito a vontade de trabalhar para si, de crescer economicamente e garantir segurança em sua vida, sua

⁸ “[...] Brasil se pautou nos preceitos desenvolvimentistas de substituição de importações a partir de uma forte industrialização de base. Essa política condizia, à época, com o interesse de buscar autonomia internacional através da mudança na estrutura produtiva, até então predominantemente agrária. Assim, o país sustentou ao longo de décadas um desenvolvimento econômico baseado na intervenção estatal direta” (MELO, 2012, p. 02).

⁹ “[...] tinham como fundamento dois componentes principais: o processo de desestatização da economia, impulsionado através da venda de empresas públicas, somado à abertura comercial através da diminuição das tarifas alfandegárias ou a supressão de barreiras técnicas; o processo de descentralização estatal a partir dos órgãos administrativos como forma de possibilitar maior participação popular e diminuir a corrupção no seu interior” (MELO, 2012; p. 03-02).

força de trabalho sendo empregada para gerar renda para si mesmo, uma forma de se expressar livremente como profissional e enfrentar a pobreza reinante da época.

Entrementes, na busca por transformar o artesanato como um negócio lucrativo, a política de incentivo ao empreendedorismo o interpreta como um território de mercado e, dessa forma, modifica a representação social da identidade do artesão para empreendedor. Como indica Hall (2006), o capitalismo em si encontra maneiras de se renovar mediante as estagnações e as crises econômicas, seja por meio das reinterpretações de identidades ou modificando a forma como se vê uma produção em sociedade. Busca-se, então, a promoção do desenvolvimento das produções locais marginalizadas e a inserção social de comunidades miseráveis.

No governo Collor, no ano de 1991, articulou-se a criação do Programa de Artesanato Brasileiro (PAB)¹⁰, subordinado ao extinto Ministério de Ação Social¹¹ e fiscalizado pela Secretaria Nacional de Promoção Social. Destaca-se que surgiu “com a finalidade de coordenar e desenvolver atividades que visem valorizar o artesão brasileiro, elevando o seu nível cultural, profissional, social e econômico, bem assim desenvolver e promover o artesanato e a empresa artesanal” (BRASIL, DECRETO 21 DE MARÇO, 1991). Seu objetivo foi o de promover projetos e ações em nível estadual beneficiando a valorização do artesão e de seus saberes, investindo em seu capital humano e social, auxiliando em seu aperfeiçoamento profissional, possibilitando uma melhoria em sua realidade socioeconômica e divulgando o ofício artesanal brasileiro. Concomitantemente, ressalta-se a importância de preservar a cultura local. No processamento do PAB, no ano de 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), o mesmo é mantido em funcionamento, porém agora atrelado ao Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo¹².

Ainda no governo do presidente mencionado acima há a implementação do Programa Comunidade Solidária¹³ e, em um de seus componentes, direcionado à geração de empregos,

¹⁰ Revogando o Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato do decreto nº 80.098, de 8 de agosto de 1977.

¹¹ Com a saída de Fernando Collor, em 1992, assume Itamar Franco, que transforma o Ministério de Ação Social em Ministério do Bem-Estar Social, ficando esse a cargo do PAB.

¹² Nº 1.508, de 31 de maio de 1995, esse ministério seria substituído *a posteriori* pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

¹³ Ativo de 1995 até 2002, “O Programa destinava-se a ser o segmento do aparelho do Estado responsável pela promoção de políticas sociais ditas “emergenciais”, visando ações estratégicas eficientes de combate à fome e à miséria para a redução das disparidades regionais e sociais. Sua base teórico-legal foi, em grande parte, inspirada no projeto de reforma institucional e cultural do então Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser Pereira que propunha a criação de instituições normativas e organizacionais que viabilizassem

encontra-se o Programa Artesanato Solidário, trazendo como eixo o artesanato como fonte cultural e produto a ser comercializado no mercado externo e, para isso, deveria haver a taxaço de um preço probó do objeto artesanal no mercado de bens econômicos. Ramos (2013, p. 50) ressalta que

A partir de 2002, o Programa do Artesanato Solidário tornou-se uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip). A Artesol apresenta hoje mais de 100 projetos desenvolvidos no Brasil e, com a parceria do Ministério da Cultura, teria cinco mil artesãos envolvidos diretamente, 25 mil pessoas beneficiadas indiretamente, 17 Estados contemplados. Foi uma das 97 organizações que receberam a acreditação da Unesco para fornecer serviços de consultoria para o Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.

No ano de 1998, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), juntamente com apoio do governo, cria o Programa¹⁴ SEBRAE de artesanato. Numa iniciativa de uma instituição privada de interesse público, que considera o artesanato em seu potencial econômico, favorecendo o desenvolvimento de pequenos empreendimentos, estimula-se a produção do artesanato nacional. O artesanato, visto sob uma ótica empresarial, manifesta as matizes do multiculturalismo brasileiro.

Nesta trajetória das políticas públicas no Brasil o Programa de Artesanato Brasileiro, o Programa Artesanato Solidário e o Programa SEBRAE de Artesanato estão ainda em funcionamento. Em dados gerais, de acordo com o portal da transparência, o PAB atingiu, em sua proposta de apoio às feiras artesanais, no ano de 2019, uma receita de mais de nove milhões; já o Programa Artesanato Solidário (ARTESOL)¹⁵, em seu relatório do ano base 2018, aponta como receitas operacionais líquidas mais de dois milhões e meio de reais; e o Programa SEBRAE Artesanato gerou de receita de contribuição social, no ano de 2019, mais de três milhões de reais. Esses valores foram citados para elucidar que o artesanato é um setor no qual deve ser investido, que possibilita a inclusão social de sujeitos, eleva a autoestima desses, contribui para a transmissão de um saber fazer e ainda gera renda para seus produtores e para o país.

uma reforma para a gestão da coisa pública, tendo em vista dois critérios: democracia e eficiência” (PERES, 2005, p. 113).

¹⁴ O Programa tinha por objetivo, conforme referência no SEBRAE (2014, p. 04), “[...] Fomentar o artesanato de forma integrada, enquanto setor econômico sustentável que valoriza a identidade cultural das comunidades e promove a melhoria da qualidade de vida, ampliando a geração de renda e postos de trabalho”.

¹⁵ Disponível em: <https://artcsol.org.br/files/uploads/downloads/ArteSol-5-anos.pdf> Acesso em: 23 de janeiro de 2020.

No Estado do Rio Grande do Sul (RS), no ano de 2008, o Programa Gaúcho de Artesanato (PGA)¹⁶ é revitalizado, com a inclusão do Comitê Gaúcho de Artesanato, que busca no mercado privado e público investimentos para o setor. Tal programa auxilia no estabelecimento da Lei 13.516/2010, a qual apresenta as diretrizes de conceituação do artesanato e do artesanato no Rio Grande do Sul. Com essas conceituações, desenha-se um cenário mais concreto para o acesso às políticas de fomento à produção artesanal do Estado, conforme segue:

I - artesanato: aquele que detém o conhecimento do processo produtivo, sendo capaz de transformar a matéria-prima, criando ou produzindo obras que tenham uma dimensão cultural, exercendo atividade predominantemente manual, principalmente na fase de formação do produto, podendo contar com o auxílio de equipamentos, desde que não sejam automáticos ou duplicadores de peças;

II - artesanato: é o objeto ou conjunto de objetos utilitários e decorativos para o cotidiano do homem, produzidos de maneira independente, usando matéria-prima em seu estado natural e/ou processados industrialmente, mas cuja destreza manual do homem seja imprescindível e fundamental para imprimir ao objeto características próprias, que reflitam a personalidade e a técnica do artesão (FGTAS, 2010).

As definições apresentadas têm um papel crucial na compreensão do artesanato. A primeira delas enfatiza o conhecimento e a habilidade do artesão na transformação de matérias-primas em obras culturais. Ela destaca a dimensão manual, especialmente na formação do produto, e permite o uso de equipamentos não automáticos. A segunda definição aprofunda o significado do artesanato como mais do que objetos utilitários. Ela ressalta que a destreza manual do artesão é vital para imprimir características únicas, refletindo sua personalidade e técnica. Essas definições realçam o valor do artesanato como uma expressão de criatividade, identidade cultural e habilidade, destacando a importância do toque humano e da individualidade na produção.

Estipula-se, também, uma classificação¹⁷ quanto ao tipo de artesanato, no qual a guasqueria se aproximaria do tipo artesanato tradicional, por ser uma manifestação popular que conserva em si costumes e um povo e seu espaço, coincidindo com a classificação de artesanato

¹⁶ Disponível em: <https://www.fgtas.rs.gov.br/programa-gaucho-do-artesanato> Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

¹⁷ I - artesanato indígena: entendido como o resultado do trabalho de uma comunidade indígena, no qual se identifica o valor de uso e a relação social da correspondente comunidade II - artesanato tradicional: entendido como a manifestação popular que conserva os costumes e a cultura de um determinado povo e/ou região; III- artesanato típico regional étnico: entendido como aquela manifestação popular específica, identificada pela relação e manutenção dos costumes e cultura, resultado da ocupação, povoação e colonização do Estado; IV - artesanato contemporâneo: identificado pela habilidade manual que incorpore elementos de diversas culturas urbanas ou pela inovação tecnológica através do uso de novos materiais (FGTAS, 2010).

típico regional étnico, por ser uma manifestação popular específica influenciada pela colonização do território do Pampa.

Nisso, o setor artesanal do Estado possui instituições, como o SEBRAE, a EMATER/ASCAR (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) e o SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), que oportunizam cursos de qualificação aos artesãos do espaço rural e urbano, de uma maneira a fortalecer e aperfeiçoar a produção de artesanato do estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem embargo, no contexto apresentado, sobre as políticas públicas de incentivo ao artesanato, no Brasil, tem-se dois caminhos: o primeiro percebe ainda o artesanato como um complemento de renda, preservando o caráter de assistencialismo, em que se preserva o saber fazer tal qual ele se apresenta; e o segundo considera a necessidade de moldar a produção artesanal de acordo com as regras do mercado para assim ser consumido.

Diante disso, o artesanato é uma atividade plurifacetada que mantém em si o tradicional e o moderno, estando entre estagnações e rupturas, sofrendo com as influências constantes das mudanças sociais. Assim, torna-se inevitável percebê-lo como um bem cultural e um potencial econômico. Por fim, as políticas públicas são ações intencionais criadas para enfrentar desafios coletivos. Diferentes vertentes de pensamento destacam a complexidade da tomada de decisões em políticas públicas, considerando poder, sistema, estratégia, regulamentação e burocracia.

No contexto do artesanato, a evolução das políticas públicas passou de uma visão folclórica para uma abordagem que valoriza aspectos econômicos, culturais e sociais. Ações como assistência, capacitação e reconhecimento do artesanato transformaram essa prática em um setor legítimo e valioso. No geral, o processo de políticas públicas é dinâmico, guiado por interações entre agentes e pela necessidade de adaptação para enfrentar desafios em constante mudança. É necessário continuar aprimorando abordagens para preservar nosso patrimônio cultural e tradições de maneira sustentável.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto de 21 de março de 1991**. Institui o Programa do Artesanato Brasileiro e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/Anterior_a_2000/1991/Dnn63.htm#:~:text=Institui%20o%20Programa%20do%20Artesanato,vista%20o%20disposto%20no%20art. Acesso em: 15 jun. 2023.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOWLETT, M.; RAMESH, M. **Studying public policy: policy cycles and policy subsystems**. 2. ed. Toronto: Oxford University Press, 2003.

LIMA, A. A. **O artesanato nordestino: características e problemática atual**. Fortaleza: BNB ETENE, 1982.

MULLER, P. L'analyse Cognitive des Politiques Publiques: vers une sociologie politique de l'action publique. **Revue Française de Science Politique**, Paris, v. 50, n. 2, p. 189-208, 2000.

PEREIRA, J. E. Subsídios para a história da indústria portuguesa. **Revista de História das Ideias**. v. 2, 1979. Disponível em: https://digitalis.uc.pt/ptpt/artigo/recens%C3%A3o_jo%C3%A3o_manuel_esteves_pereira_%E2%80%94_subs%C3%ADdios_para_hist%C3%B3ria_da_ind%C3%A9stria_portuguesa Acesso em: 24 jul. 2023.

RAMOS, S. P. Políticas e Processos Produtivos do Artesanato Brasileiro como Atrativo de um Turismo Cultural. **Revista Rosa dos Ventos**, v. 5, n. 1, p. 44-59, jan./mar., 2013.

SANABIO, M. T.; DAVID, M. V. Globalização e seus impactos nas Micro e Pequenas Empresas - MPEs. In: **III SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, 2006. Disponível em: https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos06/838_GETEC%20Globalizacao%20e%20MPEs%202006.pdf. Acesso em: 16 jun. 2023.

TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Revista AATR**, Salvador, 2002.